

A juventude rural e a agenda do movimento associativo

Foi publicado o relatório conjunto do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, intitulado “*Here to stay? The transitions of rural youth before and after the Covid-19 pandemic*”, que examina as experiências de jovens entre os 18 e os 30 anos de 14 países europeus em contexto rural, (entre 2019 e 2023). O estudo foi liderado por Francisco Simões investigador do CIS-ISCTE e incide sobre temas como a educação, os sistemas de apoio, a participação jovem, o emprego, a mobilidade e o acesso ao lazer, à cultura e ao desporto. Embora o relatório reflita tendências positivas, como o aumento da participação do ensino superior e a redução da taxa de jovens NEET (nem educação, nem emprego ou formação), estes progressos contrastam com desafios persistentes, incluindo o declínio da população jovem, o aumento do desemprego, fraca participação cívica e desvantagens estruturais no mercado de trabalho das zonas rurais. Em termos de políticas públicas, a juventude rural não é, na maior parte dos casos, encarada como um subgrupo com necessidades específicas, o que resulta em políticas fragmentadas e pouco direcionadas. Não obstante o declínio acentuado da população jovem, 80% dos inquiridos manifesta, também, *o seu direito a ficar nas terras de origem*.

Esta é, pois, uma boa oportunidade para uma breve reflexão sobre o papel e as funções do movimento associativo e das associações que exercem a sua atividade em meio rural e que se confrontam com este *dilema de partir e ficar* com bastante frequência. A propósito, é importante lembrar que a maioria das associações de base territorial ainda em operação nasceu no princípio dos anos 90 do século passado no quadro do programa LEADER da Política Agrícola Comum (PAC) que viu a luz do dia em 1992. À boleia deste relatório do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, façamos, então, uma breve incursão pelos caminhos do movimento associativo em meio rural, à luz das novas tendências, orientações e dispositivos da sociedade da informação e do conhecimento.

Em primeiro lugar, estamos em plena transição do associativismo convencional, físico e material, para o associacionismo da era tecno-digital, mais líquido e imaterial. Esta grande transição assenta na topologia das redes e plataformas descentralizadas e distribuídas (1), numa ação coletiva e colaborativa interpares (2), na forte interação entre comunidades online e comunidades offline (3), na provisão de bens e serviços comuns (4), de acordo com uma aceção ampla de bens e serviços comuns, materiais e imateriais.

Em segundo lugar, esta nova filosofia mobiliza-se em redor das quatro inteligências que informam a inteligência humana: a inteligência racional (IR), a inteligência natural (IN), a inteligência emocional (IE) e a inteligência artificial (IA). Se a inteligência humana for capaz de partilhar e fazer convergir estas quatro inteligências estaremos no campo da economia criativa e dos territórios inteligentes e, talvez, mais próximos de uma estratégia crowd (crowdsourcing, crowdlearning, crowdfunding) prosseguida pela ação coletiva de comunidades inteligentes.

Em terceiro lugar, os dispositivos colaborativos da sociedade digital favorecem a solidariedade comunitária e a inovação social e são muito úteis no combate à pobreza e desigualdade, a saúde pública e o envelhecimento ativo; este é o momento para desindustrializar a misericórdia, a pobreza, a saúde pública e a velhice, mas, também, para promover a economia da inovação social e do emprego em nome da dignidade da pessoa humana e de uma ética dos comuns.

Em quarto lugar, os novos dispositivos da sociedade tecno-digital, sobretudo, os sistemas de informação geográfica, a internet dos objetos (IOT) e a automação inteligente favorecem a ecologia dos recursos naturais e as práticas de economia circular, ou seja, o princípio geral da inteligência natural - na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma - pode ser aplicado a toda a cadeia de valor do sistema produtivo que, assim, fica sob o olhar atento da economia criativa.

Em quinto lugar, a associação virtuosa entre o património e a paisagem, de um lado, arte e cultura, de outro, tem um impacto fundamental no nosso modelo de linguagem, cultura geral e interpretação da realidade e, no final, traduz-se em melhor comunicação em matéria de ordenamento do território, melhores relações cidade-campo, mais qualidade do ambiente urbano e uma utilização mais criteriosa do espaço público por todas as gerações.

Em sexto lugar, os novos dispositivos colaborativos da sociedade tecno-digital favorecem a promoção e a proteção do emprego intermitente que tenderá a crescer nos próximos anos com a revolução da inteligência artificial, a pluriatividade e o plurirrendimento e a proliferação de novos modelos de negócio.

- Em sétimo lugar, sem uma promoção eficaz e eficiente da literacia tecno-digital e mudanças profundas no ambiente escolar e universitários não será possível pôr em prática as quatro componentes deste novo associacionismo das redes e plataformas, tal como referimos logo no início. Como contributo decisivo para esta mudança de ambiente escolar e educativo refere-se a importância de criar uma escola profissional de artes e tecnologias no âmbito de cada CCDR ou CIM.

Dito isto, precisamos que o movimento associativo e as suas associações adquiram duas facetas intimamente interligadas: como comunidades offline enraizadas nos seus territórios de origem e como comunidades online inseridas em redes e plataformas colaborativas. Estamos, assim, a reinventar o movimento associativo como o ator-rede e o operador de um ou mais territórios-rede. A partir deste conjunto de interfaces e hiperligações o movimento associativo e as suas associações, em função do seu contexto particular, estarão perante um leque de opções e atividades muito variado, por exemplo:

- A gestão conjunta e colaborativa de parques empresariais e zonas industriais de um território-rede, em articulação com a CIM respetiva,

- A gestão cooperativa de propriedades rústicas sob a forma de banco de solos, a gestão de uma zona de intervenção florestal e/ou a gestão de um programa de emparcelamento rural tendo em vista, por exemplo, a redução do risco de incêndio,

- A gestão comum e colaborativa de áreas integradas, por exemplo, uma associação de parques naturais, para efeitos de ordenamento do mosaico paisagístico e suas amenidades, da sua biodiversidade e provisão de serviços de ecossistema, onde se incluem as bioenergias e a agricultura biológica,

- A gestão conjunta e colaborativa de agro parques e parques agroecológicos de âmbito municipal e intermunicipal com vista à criação de sistemas agroalimentares de base local (SAL) e de oferta integrada e complementar de produtos e serviços de agro-silvo-pastorícia,

- A gestão conjunta e colaborativa de parcerias empresariais, tendo em vista a formação de arranjos produtivos locais e marcas coletivas de referência regional, visando a formação de ecossistemas de sucessão empresarial e o rejuvenescimento intergerações,

- A gestão comum e colaborativa de ecossistemas específicos, por exemplo, áreas de montado, através de serviços de investigação-extensão, em estreita associação com a academia e as ONG da área da proteção da natureza,
- A promoção de cooperativas e organizações de produtores, de sociedades de agricultura de grupo (SAG) e a gestão agrupada multiprodutos, em estreita associação com os laboratórios colaborativos, os grupos operacionais de investigação e os *living labs*,
- A gestão comum e colaborativa de empreendimentos de fins múltiplos onde se inclui não apenas o turismo ecológico, mas, também, as quintas pedagógicas, os condomínios rurais, os aldeamentos seniores (*cohousing*) e as explorações de agricultura alternativa.

Em todos os casos, estamos a gerir em comum e colaborativamente, através de *comunidades inteligentes e plataformas de base local e regional*, os incentivos disponibilizados pelos instrumentos de ordenamento da paisagem e preservação do património, os programas de inovação tecnológica, ambiental e social, mas, também, da economia criativa, por exemplo, o apoio às artes da paisagem, ofícios tradicionais e eventos culturais. E, em todos os casos, estamos a usar os signos distintivos do território e a transferir o seu valor simbólico e icónico para os *principais veículos produtivos* desses territórios que são os produtos com indicação geográfica de proveniência (IGP), os produtos com denominação de origem controlada (DOC), as marcas coletivas, os mercados de nicho, os *terroirs* de visitação, as cadeias de valor mais relevantes e as fileiras de exportação.

A terminar, deixo aqui alguns exemplos de multisserviços que podem ser operados por uma associação de desenvolvimento rural em articulação com outras entidades e operadores locais e regionais:

- Paisagens literárias e visitas guiadas e a criação de clubes de leitura,
- Percursos de natureza, observação de endemismos, a flora e a fauna local, com ligação aos centros de ciência viva e clubes de ciência viva,
- Oficinas de artes e ofícios, residências artísticas, exposição, circulação e venda de obras de arte,
- Oficinas de artes da rua e do ambiente com ligações diretas às aplicações e atividades de economia circular,
- Oficinas de artes do espetáculo, residências artísticas, com ligação às escolas e à população sénior,

- Programa envelhecimento ativo: serviços ambulatoriais, gestão de carsharing e carpooling, cohousing, aldeamentos e condomínios seniores,
- Criação de um *marketplace* (exemplo, o planalto mirandês): agricultura comunitária, mercados locais, circuitos curtos de comercialização, marcas coletivas,
- Organização e gestão de parques ambientais, bio parques, programa de agricultura regenerativa, gestão de serviços de ecossistema,
- Organização e gestão de baldios, cooperativas, condomínios, sociedades de agricultura de grupo, gestão agrupada multiprodutos, marcas coletivas,
- Organização e gestão multisserviços: cuidadores informais, cuidados continuados, serviços de trabalho temporário, organização de atividades de recreio e lazer, provas desportivas, percursos de natureza e visitas guiadas,

Aqui chegados, temos de reconhecer que já há inegáveis progressos colaborativos e inteligência coletiva diversificada em ambientes empresariais, espaços de criação artística, investigação científica e inovação social e em territórios-rede das comunidades intermunicipais e associações de desenvolvimento local, em resultado da organização de comunidades *online* em redes e plataformas colaborativas e participativas. Por outro lado, é, também, forçoso reconhecer que, numa sociedade que envelhece e declina socio demograficamente, estes progressos ainda não se traduzem em melhorias substantivas e estruturais nas áreas de baixa densidade do interior mais remoto. Por isso, é fundamental que a bipolaridade litoral-interior dê lugar à pendularidade litoral-interior e que, a partir de agora, as redes e plataformas colaborativas e os projetos comuns entre o litoral e o interior sejam o vetor principal do movimento associativo do século XXI. Todavia, o rejuvenescimento rural só acontecerá se os territórios tiverem escala, massa crítica, intensidade-rede e musculo financeiro mínimo, suficientes para proporcionar serviços ambulatoriais de qualidade, proteção jurídica do emprego intermitente, espaços de *coworking* e residências criativas, clubes e associações de oferta criativa, transporte partilhado, *cohousing* e condomínios acessíveis e, antes de tudo, uma infraestrutura tecnodigital de qualidade que suporte uma economia produtiva – agro alimentar, agro florestal, agro turística, agro energética, agro paisagística - assente na oferta integrada de bens e serviços complementares em articulação com a economia criativa.

